

Precatórios federais começam a ser pagos em julho

Valores devidos aos gaúchos pela União somam R\$ 5 bilhões; antecipação dos recursos se deve à tragédia climática

/ CONTAS PÚBLICAS

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

O governo federal vai antecipar, de 2025 para 2024, o pagamento de precatórios federais no valor de R\$ 5 bilhões. Esse foi um pleito do governo do Estado, da seccional gaúcha Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) e da Central Única de Trabalhadores (CUT-RS), que prevê que os recursos devem ser encaminhados já no mês de julho.

“O governo deve fazer uma portaria agora no mês de julho. Essa antecipação está no rol dos pedidos que entregamos ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Os precatórios são bem-vindos. É importante a liberação, afinal, é um dinheiro devido. Já é um direito”, disse o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci.

Precatórios são dívidas do poder público reconhecidas em definitivo pela Justiça, sem que haja mais possibilidade de recursos. Os pagamentos, nesse caso, costumam ser feitos uma vez por ano. O que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, através do ministro da Secretaria Extraordinária de apoio à Reconstrução do RS, Paulo Pimenta (PT), foi a antecipação desses recursos referente a 2025.

A CUT-RS espera que a antecipação da totalidade dos R\$ 5 bilhões prometidos pela União seja liberada no próximo mês. “É um dinheiro que vai ficar e circular na economia gaúcha”, argumenta Cenci.

A central sindical tem outros pleitos junto aos governos federal e estadual. Entre eles, um auxílio direto para as pessoas que tiveram suas residências atingidas e precisam reconstruí-las ou reformá-las. “É fundamental uma linha



Adiantamento de 2025 para 2024 ocorre em virtude das enchentes no RS

de crédito a fundo perdido. Propomos um programa intitulado Auxílio Reconstrução e Reforma da Casa, para quem tiver que limpar, pintar a casa, arrumar uma janela. Não é com R\$ 5,1 mil que vai fazer. Precisa ter uma linha que auxilie as pessoas que estão vol-

tando para suas residências a dar uma mão de tinta na casa, trocar o piso, recolocar um portão que foi arrancado”, sugeriu o presidente.

Cenci se refere ao auxílio de R\$ 5,1 mil às pessoas que perderam móveis e eletrodomésticos no Rio Grande do Sul por conta das

chuvas que atingiram o Estado. Segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, 444 municípios do Rio Grande do Sul estão com reconhecimento federal vigente e podem solicitar esse valor para cada família.

A CUT-RS também demanda uma ampliação do auxílio concedido aos trabalhadores, para manutenção de empregos, por mais dois meses. O governo federal anunciou, durante agenda presidencial de Lula no Estado, que pagaria o valor de um salário-mínimo para repor (parte dos) vencimentos dos funcionários de empresas atingidas diretamente por enchentes e alagamentos durante dois meses. Em troca, esses funcionários terão quatro meses de estabilidade (não podem ser demitidos). Até a última segunda-feira, quase 4 mil empresas já haviam se cadastrado no programa.

Marcha dos prefeitos gaúchos para recompor perdas se inicia na terça-feira em Brasília

/ MUNICÍPIOS

Roberto Hunoff

politica@jornaldocomercio.com.br

Os prefeitos gaúchos estão mobilizados para um movimento, em Brasília, nos dias 2 e 3 de julho, para pressionar o governo federal a tomar posição em relação à liberação de recursos para recomposição das perdas de impostos em função das enchentes que arrasaram o Rio Grande do Sul ao longo de maio. Pelo menos 200 chefes de Executivos municipais das mais diversas cidades no RS estão confirmados.

A Serra é uma das regiões que está mobilizada para pressionar a União e Congresso Nacional por um socorro maior ao Estado, durante a calamidade que vivem os municípios. De acordo com o prefeito de

Bento Gonçalves, Diogo Siqueira, está havendo um derretimento nas finanças dos municípios, muito mais grave do que no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), quando a queda de ICMS e ISSQN foi de 10%.

Agora, segundo ele, a arrecadação de maio caiu 40% e, para junho, a projeção é de 60%. “Em dois meses, Bento Gonçalves perderá R\$ 20 milhões. Sem ajuda federal, mesmo com todos os cortes possíveis, as prefeituras deixarão de pagar suas contas para manter exclusivamente os salários dos servidores. Esta é a realidade de todos os municípios de médio e grande porte”, assegurou. Também alertou que, logo mais, a crise chegará aos pequenos municípios em função da baixa nos repasses do Fundo de Participação.

Siqueira citou que os prefeitos encaminharam ao governo federal pedidos para recomposição das perdas dos impostos, como ocorreu na Covid, quando a queda foi de 7%; cota extra do Fundo de Participação dos Municípios; refinanciamento de todos os empréstimos com o governo federal, bem como junto ao BRDE e Badesul; e adiamento do repasse de valor para cobrir o déficit atuarial previdenciário. “O que se conseguiu foi apenas a suspensão do repasse, mas com pagamento integral dos valores do déficit atuarial em janeiro de 2025. Que auxílio é este? A proposta é inviável”, desabafou. Até o momento, segundo o prefeito, a maior parte dos recursos de ajuda para reconstrução de Bento Gonçalves veio da iniciativa privada, que definiu como o maior exemplo de ESG

no Brasil, jamais visto no País, e alinhado com o que ocorre, em casos de tragédias, nos Estados Unidos.

Em linha com o pensamento de Siqueira, o prefeito de Garibaldi,

Sérgio Chesini, afirmou que passado este impacto inicial das enchentes na vida das pessoas, as prefeituras terão de administrar o sério problema da perda de receita.



Gestores municipais da Serra se reuniram para organizar a mobilização

Ranolfo Vieira Júnior assumirá a presidência do BRDE no dia 1º de julho

/ CONTAS PÚBLICAS

O ex-governador gaúcho Ranolfo Vieira Júnior (PSDB, 2022) vai assumir a presidência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE) em solenidade de posse que ocorre nesta segunda-feira (1º), a partir das 11h, no Palácio Piratini. O Rio Grande do Sul terá direito à presidência do banco de fomento por 16 meses.

Ranolfo é o atual vice-presidente e diretor de operações do BRDE. Assumiu ambos os cargos em 6 de julho de 2023 já com a previsão de que seria o próximo presidente da instituição.

O banco mantém esquema de rodízio na presidência entre os três estados do Sul - Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Atualmente, os catarinenses detêm o cargo, com o

ex-prefeito de Blumenau e ex-secretário de Estado e deputado federal por Santa Catarina, João Paulo Karam Kleinübing, sendo o diretor-presidente.

Ao assumir a diretoria de operações, Ranolfo prometia um BRDE voltado à irrigação de lavouras no agronegócio, além de focar em questões como inovação, tecnologia e sustentabilidade. Agora, assume a presidên-

cia do banco regional em nome de um Rio Grande do Sul com a economia extremamente fragilizada após as grandes enchentes de maio, previsão de recessão do Produto Interno Bruto (PIB) e arrecadação dos poderes públicos, estadual e municipais, em declínio.

Ranolfo Vieira Júnior é servidor público há mais de 30 anos e delegado de Polícia desde 1998. Dirigiu o Departamento Estadual de

Investigações Criminais (Deic) por seis anos, até ser chefe de Polícia entre 2011 e 2014 na gestão do então governador Tarso Genro (PT).

Eleito vice-governador em 2018, acumulou o cargo de secretário de Segurança Pública durante o primeiro governo Eduardo Leite (PSDB). Em 31 de março, após a renúncia de Leite, assumiu o Palácio Piratini e foi o 40º governador do Rio Grande do Sul.